

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 114 - JANEIRO DE 2019

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis complementares.....	2
Leis ordinárias.....	2
Decretos.....	4

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
----------------	---

GOVERNADOR DO ESTADO
Carlos Moisés da Silva

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 728 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 48 da Lei Complementar nº 453, de 2009, que instituiu Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, permitindo que Agente da Autoridade Policial possa ser promovido durante o estágio probatório ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 729 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera os arts. 24 e 33 da Lei Complementar nº 156, de 1997, que “Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos e adota outras providências”, e acrescenta as notas 6ª e 7ª ao item 7 da Tabela I – Atos do Tabela da Lei Complementar nº 219, de 2001,

que “Dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei federal nº 10.169, de 2000” ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 730 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Lei Complementar nº 188, de 1999, que dispõe sobre o Fundo de Reparamento da Justiça (FRJ) ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 731 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Sistema de Ensino Militar de Santa Catarina (SEM-SC) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 732 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Lei Complementar nº 675, de 2016, que “Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos cargos de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) e estabelece outras providências” ([inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 733 28 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a transformação de cargos de Técnico em Atividades de Fiscalização em cargos de Técnico em Atividades de Fiscalização em Transportes do Quadro Lotacional do Departamento de Transportes e Terminais (DETER) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.605 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Associação Amigas do Peito de Cocal do Sul (AAPCS) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.606 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Lei nº 16.318, de 2014, que declara de utilidade pública o Instituto Vida de Assistência à Saúde, de Garuva ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.607 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga o item 1039 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para excluir do rol das entidades declaradas de utilidade pública estadual o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.608 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Associação Beneficente Pássaros de Luz, de Itajaí, para Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Educação Conduzida Pássaros de Luz ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.609 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Associação Natureza Sempre Viva, de Concórdia ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.610 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Associação Academia de Futebol Criciúma ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.611 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Associação Gasparense de Amparo e Proteção dos Animais (AGAPA), de Gaspar ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.612 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública o Centro Educacional Vianna de Carvalho, de Balneário Camboriú ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.613 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Associação Arte Mais Suave, de Brusque ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.614 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a associação Socorrendo Cristãos Perseguidos, de Pomerode ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.615 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (OSSCA), de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.616 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 9º da Lei nº 13.342, de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC), e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.617 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre as condições adequadas de convivência e repouso ofertadas aos profissionais nas instituições de saúde, públicas e privadas ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.618 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Acresce os arts.131-L, 131-M e 131-N à Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.619 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o acesso gratuito do atleta e do ex-atleta profissional de futebol aos estádios de futebol, no âmbito do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.620**14 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 16.971, de 2016, que institui o Tratamento Favorecido e Simplificado para o Microprodutor Primário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.621**14 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Lei nº 7.541, de 1988, que “Dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências”, para o fim de isentar o Microempreendedor Individual (MEI) das taxas de serviços gerais e estaduais e de prevenção contra sinistros ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.622**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Lei nº 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas continentais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.623**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de lesa-humanidade, tortura, exploração do trabalho escravo e violação dos direitos humanos, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.624**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Alto Feliz (AEAF), de Araranguá ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.625**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Fraternal Divino Oleiro (AFDO), de Governador Celso Ramos ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.626**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Braços Abertos (ABA), de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.627**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública o Centro Evangélico de Formação e Assessoria à Pastoral Popular (CEFAPP), de Palmitos ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.628**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA), de Chapecó ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.629**17 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública o Observatório Social de Criciúma (OS CRICIÚMA) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.630**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a saída de alimentos destinados ao consumo humano, por doação, nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.631**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015 (admissão de professores em caráter temporário) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.632**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Águas Mornas ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.633**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação de Judô Samurai, de Santo Amaro da Imperatriz ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.634**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Pleroma, de Canoinhas ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.635**19 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Nova Vida, de Presidente Getúlio ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.636**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o art. 131-D da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.637**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a celebração de parcerias de incentivo à atividade laboral no sistema prisional do Estado e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.638**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Reconhece o Município de Lontras, como a Capital Catarinense de Velocidade na Terra ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.639**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Confere ao Município de Belmonte o título de Capital Catarinense dos Trilheiros ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.640**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Inclui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o Congresso Gideões Missionários da Última Hora, do Município de Camboriú ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.641**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia da Constituição da República Federativa do Brasil no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.64**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera a Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas do Estado de Santa Catarina”, para o fim de transformar o Dia Estadual de Prevenção, Orientação e Combate ao Acidente Vascular Cerebral (AVC) em Semana Estadual de Prevenção, Orientação e Combate ao Acidente Vascular Cerebral (AVC) ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.643**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui a Semana Estadual dos Clubes de Desbravadores e o Dia Estadual dos Desbravadores, no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.644**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Agosto Laranja de Conscientização da Mielomeningocele, no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.645**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia Estadual da Umbanda no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.646**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia Estadual do Optometrista, na data que especifica ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.647**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Doutor Alexandre Luiz Ramos ([inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.648**21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o item 125 do Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de San-

ta Catarina”, para alterar a denominação da Associação dos Deficientes, de Joinville, para Associação dos Deficientes Físicos de Joinville (ADEJ) ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.649
21 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia (PSCM) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.650
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Autoriza o Estado a conceder remissão de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) decorrentes da saída interna de suíno vivo de estabelecimento produtor com destino à cooperativa da qual faça parte e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.651
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui, no âmbito da Polícia Civil, a Delegacia de Polícia do Município de Pescaria Brava e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.652
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o art. 4º da Lei nº 16.803, de 16 de dezembro de 2015 (Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos da comarca de Jaguaruna) ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.653
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Extingue serventias extrajudiciais instaladas em distritos municipais ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.654
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a Taxa de Serviços Judiciais (TSJ) e adota outras providências ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.655
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina SD BM Maurício da Silva Valls o quar-

tel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina situado no Município de Gaspar ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.656
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Rodovia dos Mineiros a Rodovia SC-440, trecho Urussanga (Entroncamento SC-108) – Entroncamento SC-446 (para Lauro Müller) ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.657
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Paulo Rückl a ponte sobre o Rio Preto, localizada sobre a diretriz da rodovia planejada SC-477, Km 119,320, trecho Moema – Doutor Pedrinho, no Município de Rio Negrinho ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.658
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Vereador Luiz Gonzaga Agostinho os viadutos da Rodovia Antônio Heil (SC-486), no km 6,580, no Município de Itajaí ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.659
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Sidnei Pensky o Contorno Sul de Garuva, trecho entroncamento BR-101 – entroncamento SC-417 ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.660
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Representante Comercial Flavio Flores Lopes a Rodovia SC-443, no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rodovia BR-101 (km 0,0), até o início do Contorno Rodoviário no Município de Sangão (km 2,5) ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.661
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Denomina Doutor Paulo Macarini o Contorno Rodoviário de Ouro/Capinzal ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.662
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia Estadual das Bandas e Fanfaras ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.663
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina o Dia da Conscientização e Prevenção da Síndrome Alcoólica Fetal ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.664
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia Estadual do Cooperativismo ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.665
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Institui o Dia Estadual do Cooperativismo de Crédito ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.666
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Joinvilense de Aquicultores (AJAQ), de Joinville ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.667
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Colégio Motivação, de Correia Pinto ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.668
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Italiano Valsugana, de Criciúma ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.669
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Fundação Científica e Tecnológica em Energias Renováveis (FCTER), de Chapecó ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.670
27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública a Associação Shopping de Sonhos, de Florianópolis ([inteiro teor](#)).

**LEI Nº 17.671
28 DE DEZEMBRO DE 2018**

Fixa o subsídio de Deputado Estadual, no Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

**DECRETO Nº 1.821
4 DE DEZEMBRO DE 2018**

Homologa a Resolução nº 01, de 2017, da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC), que aprova a atualização

monetária da Tabela de Preços dos Serviços Pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências ([inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 1.824
6 DE DEZEMBRO DE 2018**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados

nas áreas que serão atingidas pelas obras da Rodovia SC-401 - entroncamento entre a SC-405 e a SC-401 (Trevo da Seta) até o início do Viaduto Carianos, acesso à nova área do Terminal do Aeroporto Internacional Hercílio Luz ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.825
6 DE DEZEMBRO DE 2018

Homologa situação de emergência no Município que menciona (Bom Jesus) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.828
6 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz as Alterações 3.979 e 3.980 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.829
6 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz as Alterações 3.989 e 3.990 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.830
6 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz a Alteração 3.997 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.831
7 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.832
7 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.840
17 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação temporária de valores de diárias para os grupos de cargos, empregos e funções que menciona, exclusivamente durante o período transitório da Operação Veraneio, Temporada 2018/2019, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.841
17 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga o Decreto nº 250, de 2015, que regulamenta o inciso XIV do art. 77 da Lei Complementar nº 381, de 2007, para dispor sobre a manutenção rotineira das rodovias estaduais que integram o Plano Rodoviário Estadual (PRE) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.845
20 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.846
20 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta o serviço de abastecimento de água para consumo humano no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.849
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Atualiza os valores das taxas estaduais previstas na Lei nº 7.541, de 1988, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.852
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.853
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Prorroga prazo de recolhimento do ICMS, nos termos do art. 36 da Lei nº 10.297, de 1996 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.854
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.555, de 2018, que publica relação de atos normativos vigentes em 8 de agosto de 2017, em atendimento ao disposto no inciso I do caput do art. 3º da Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e no inciso I da Cláusula segunda do Convênio ICMS nº 190, de 2017 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.855
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz as Alterações 3.998 e 3.999 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.856
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz a Alteração 4.002 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.857
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz as Alterações 4.003 e 4.004 no RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.858
21 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.859
26 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 2º do Decreto nº 1.711, de 2018, que introduz a Alteração 3.938 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.860
26 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga os arts. 42, 52-A e 52-B do RICMS/SC-01 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.864
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 4º do Anexo Único do Decreto nº 129, de 2015, que aprova o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.865
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 10 do Decreto nº 1.007, de 2016, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei federal nº 13.303, de 2016, a fim de estabelecer regras de governança aplicáveis às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina que tenham obtido, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.866
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Introduz a Alteração 4.005 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.867
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga dispositivos do RICMS/SC-01 e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.868
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.323, de 2012, que aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.869
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo Único do Decreto nº 764, de 2012, que aprova a Classificação das Fontes/Destaques de Recursos para o Estado ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.870
27 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo I do Decreto nº 1.784, de 2018, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento à conta de "Despesa de Exercício Anterior", em cumprimento às normas de Direito Financeiro, e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 1.871

28 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga dispositivo do RICMS/SC-01 e altera o art. 3º do Decreto nº 819, de 2007 ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.872

28 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o art. 23 do Decreto no 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005, e disciplina a celebração de

instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.873

28 DE DEZEMBRO DE 2018

Exclui do Plano Rodoviário Estadual (PRE) trecho da Rodovia SC-445, no Município de Siderópolis ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.874

28 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui a Rede de Colégios Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 1.875

28 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta a gestão e a criação de pássaros da fauna brasileira no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências ([inteiro teor](#)).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 88/2018

30 DE NOVEMBRO

(DOE DE 4 DE DEZEMBRO)

Disciplina o acesso remoto ao Sistema Informatizado de Processos da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, nos termos do art. 7, inciso I da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado (Lei Complementar nº 317, de 2005), e

Considerando a realidade tecnológica atual e a modificação das rotinas e relações de trabalho decorrentes da informatização do Poder Judiciário e da Procuradoria Geral do Estado;

Considerando a disponibilização de funcionalidades de tecnologia da informação que facilitam a realização de trabalho à distância pelos Procuradores do Estado, bem como a natureza das atribuições do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado aos Procuradores do Estado de Santa Catarina o acesso remoto ao Sistema Informatizado de Processos para o desempenho de suas atribuições funcionais.

§1º Para os fins desta Portaria, entende-se por acesso remoto aquele efetuado de forma subsidiária, por meio de equipamentos e tec-

nologias que permitam a sua plena realização fora das dependências das unidades da Procuradoria-Geral do Estado.

§2º O acesso remoto é livre, fundamentado na independência funcional do Procurador do Estado e na conveniência do serviço, dependendo apenas de prévia solicitação ao Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos.

Art. 2º Compete exclusivamente ao Procurador do Estado que solicitar o acesso remoto providenciar, por meios próprios, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada para acesso ao Sistema Informatizado de Processos e para a realização do trabalho fora das dependências das unidades da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 1º Ao solicitar o acesso remoto o Procurador do Estado expressamente declara que dispõe de equipamentos ergonômicos e adequados para a realização das atividades necessárias ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a Gerência de Tecnologia da Informação prestará apoio para aqueles que se utilizarem do acesso remoto.

Art. 3º A autorização para acesso remoto não configura autorização para teletrabalho, nem exime o Procurador do Estado de:

I - manter disponíveis telefones para contato imediato, permanentemente ativos e atualizados;

II - acompanhar diariamente todas as comunicações eletrônicas expedidas pela Instituição, seus membros e servidores;

III - atender às reuniões convocadas em seu respectivo órgão de trabalho;

IV - manter o Procurador-Chefe do órgão de execução central a que estiver vinculado informado acerca do andamento dos trabalhos e apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou elementos que possam atrasar ou comprometer a qualidade e eficiência do serviço;

V - guardar sigilo das informações contidas nos processos e demais documentos, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor;

VI - comparecer a todos os atos processuais relativos aos feitos judiciais que lhe forem distribuídos, notadamente audiências, sessões de julgamento, inspeções, etc., ressalvada a possibilidade de redistribuição.

Parágrafo único. Eventual perda de prazos judiciais em razão de deficiência de conexão à internet ou falha do equipamento de informática, será avaliada caso a caso pela Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JULIANO DOSSENA

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

PORTARIA PGE/GAB 89/2018
12 DE DEZEMBRO
(DOE DE 17 DE DEZEMBRO)

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, §1º, da Constituição do Estado e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e

Considerando o disposto no inciso II do art. 7º da Lei federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 (Lei do Mandado de Segurança);

Considerando a necessidade de prequestionamento explícito das normas constitucionais e legais para a propositura de recursos, especialmente os de índole constitucional;

Considerando o fato de que há Procuradores do Estado lotados nas Consultorias Jurídicas das Secretarias de Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Nos mandados de segurança impetrados contra o Governador e contra os Secretários de Estado, o Procurador do Estado a quem for distribuída a Citação/Notificação deverá:

I - na condição de representante da pessoa jurídica de direito público a que vinculada a autoridade coatora, nos termos do artigo 7, II da Lei 12.016/2009, além de manifestar o interesse no acompanhamento do processo, produzir defesa técnica de mérito que viabilize a mais ampla cognição e a futura interposição de recursos às instâncias superiores;

II - elaborar, quando solicitado, minutas de informações nos mandados de segurança em que figurem como impetrados o Governador, Secretários de Estado;

Art. 2º Os Mandados de Segurança impetrados contra Secretários de Estado titulares de pastas cujas consultorias jurídicas sejam ocupadas por Procuradores do Estado, serão a estes distribuídos.

Art. 3º Na hipótese do artigo anterior, o Procurador do Estado vinculado ao Mandado de Segurança será responsável tanto pela representação do Estado quanto pela coordenação da elaboração dos atos processuais atribuídos à autoridade coatora;

Art. 4º. Compete ao Procurador-Chefe do órgão de execução central com competência sobre a matéria objeto do mandado de segurança autorizar, a pedido do Procurador do Estado vinculado ou em Notas Técnicas Gerais, a não intervenção da PGE;

Art. 5º Os atos processuais previstos nesta Portaria poderão ser produzidos em peça única, subscrita pelo Procurador do Estado e pela autoridade coatora;

Art. 6º A presente portaria não implicará na redistribuição de processos já em trâmite;

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DOSSENA
Procurador-Geral do Estado

PRODUÇÃO:
Assessoria de Comunicação

COLABORAÇÃO:
Biblioteca da PGE
Procuradoria Especial em Brasília

PGE SC
Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

